



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**LEME/SP**

**PROJETO DE LEI Nº 170/2025**

**EMENTA:** “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências.”

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**e**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

1-) Trata-se de projeto de lei, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que busca a autorização legislativa para abertura do Poder Executivo de crédito adicional especial no **valor total de R\$ 2.491.617,37 (dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e sete centavos)**, onde o valor de **R\$ 48.846,42 (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos)** se deu por conta de superávit financeiro do exercício anterior, o valor de **R\$ 2.392.486,51 (dois milhões trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos)**, se deu por conta de excesso de arrecadação e o valor de **R\$ 50.284,44 (cinquenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**, se deu por conta de anulação total.

2-) Tais valores, segundo a justificativa ao projeto se deram mediante emendas parlamentares do Governo Estadual e Federal, captados pelos Excelentíssimos Senhores Deputado Estadual Paulo Fiorilo, Deputado Federal Rui Falcão, Deputado Alex Madureira, Deputado André Bueno, Deputado Lucas Bove, Deputada Marta Costa, Deputado Milton Leite, Deputada Solange Freitas, ainda, por contrato de Convênio nº 939226/2022-MDR-Caixa e Resolução SS nº 197, de 29/10/2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**LEME/SP**

3-) Ressalta-se ainda, que houve ofício do Prefeito Municipal solicitando a tramitação do projeto sob o regime de urgência.

4-) Nota-se ainda que, a disposição no art. 2º do projeto de lei em questão, que as alterações serão consideradas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária no exercício financeiro de 2025.

5-) No que concerne a Comissão de Constituição Justiça e Redação, entendemos que o projeto é legal, está bem redigido, devidamente instruído não ofendendo a Constituição Federal, a LOM e demais legislações, assim sendo, esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo por esta Casa, pois que, nada obsta a sua legal tramitação.

6-) Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, entendemos presente o interesse e a conveniência, principalmente para a adequação orçamentária, diante disso, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade pela maioria de seus Membros é **FAVORÁVEL** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira",  
em 17 de novembro de 2025.

**Pela Comissão de C.J.R.**

Airton Cândido da Silva  
Vice-Presidente



Ellan Ricardo da Paixão  
Presidente



João Carlos Cerbi  
Secretário

**Pela Comissão de O.F.C.**



João Arrais Sêrodo Neto  
Vice-Presidente



João Carlos Cerbi  
Presidente



Nivaldo Aparecido Begnamia  
Secretário